

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

2º SIMULADO CARTÓRIOS (SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS) (PÓS-EDITAL)

PROVIMENTO

CADERNO

1

BRANCO

CADERNO
DE
PROVAS

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do Tipo 1. Portanto, verifique se sua folha de respostas é, também, do Tipo 1. Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no roteiro de aplicação. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de aplicação para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de aplicação o material descrito a seguir:
 - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de Tipo 1;
 - b) Este caderno de prova **Tipo 1**, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem resposta ou falha.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) Conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - b) Ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) Assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante o período de realização da prova objetiva:
 - a) será vedado o uso de líquido corretor de texto ou fita corretiva, caneta hidrográfica fluorescente (caneta marca-texto), lápis, lapiseira/grafite, borracha, lápis-borracha;
 - b) será proibido utilizar ou portar, mesmo que desligado, durante a realização da Prova Objetiva de Seleção, telefone celular, *beep*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop* ou *drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio, *tablet*, mp3, bem como a utilização ou porte de óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro, podendo a Coordenação deste Concurso Público vetar o ingresso de candidato com outros equipamentos e/ou objetos além dos anteriormente citados;
 - c) serão proibidos o empréstimo de material, utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação, bem como qualquer forma de comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas;
 - d) não será permitida a substituição da folha de respostas quando o erro for do candidato;
 - e) somente serão permitidos assinalamentos na folha de respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
 - f) será considerada nula a folha de respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que conter qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade;
 - g) não é permitido fazer anotação de informações relevantes às suas respostas no CDI ou em qualquer outro meio.

A CONSULPLAN realizará a coleta da impressão digital dos candidatos em formulário próprio.

O tempo de duração da prova objetiva será de 5 (cinco) horas, abrangendo a assinatura e a transcrição das respostas para a folha de respostas, bem como o procedimento de identificação daltoscópica previsto.

O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação **após decorridas 2 (duas) horas do início da prova**, momento a partir do qual poderá levar consigo o Caderno de Questões da Prova Objetiva.

Quando terminar sua prova você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal de aplicação. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.

Será obrigatória a permanência dos 3 (três) últimos candidatos de cada sala, até que o último deles entregue a sua prova. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador do local de provas.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501068751M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal de Justiça da Paraíba
TJ/PB

CARGO:

Cartórios (Serviços Notariais e Registrais)

MODELO/BANCA:

Consulplan

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

1/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

1/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAIS

Carlos Elias

01

De acordo com o disposto na Lei n. 6.015/1973 e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa incorreta:

- A) No caso de alteração da relação de filiação, é permitida a inclusão e exclusão de sobrenomes, independentemente de autorização judicial, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado.
- B) Uma pessoa que não adotou o sobrenome do cônjuge no momento do casamento pode, diretamente no cartório de registro civil, solicitar o acréscimo de um ou mais sobrenomes do cônjuge ao seu nome.
- C) A supressão do sobrenome do ex-cônjuge mantido no divórcio pode ser feita a qualquer momento.
- D) Uma pessoa que adotou o sobrenome do cônjuge no momento do casamento pode, sem se divorciar, solicitar diretamente no cartório de registro civil o retorno ao seu nome de solteiro.
- E) É direito subjetivo do ex-cônjuge a modificação do registro civil para reinserir patronímico utilizado na constância do casamento livremente excluído em razão do divórcio.

02

De acordo com o disposto na Lei n. 6.015/1973, assinale a alternativa correta acerca do casamento religioso:

- A) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil, suprindo eles eventual falta de requisitos nos termos da celebração.
- B) O termo ou assento lavrado pela autoridade religiosa será enviado ao cartório responsável pela habilitação, e, após a anotação da entrada do requerimento, o oficial realizará o registro em até cinco dias úteis.
- C) No prazo de quinze dias, a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão.
- D) O termo ou assento do casamento religioso será subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por três testemunhas.
- E) O registro produzirá efeitos jurídicos somente a partir da data em que for lavrado no cartório, independentemente da data de celebração do casamento.

03

Examine as afirmações abaixo referentes à lavratura do assento de óbito.

- I. Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.
- II. Admite-se a justificação para o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, sendo suficiente, para tal, a comprovação de sua presença no local do desastre.
- III. No caso de ter a criança nascido morta, o registro será realizado no livro “C Auxiliar”.

É correta a afirmação contida em:

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) Nenhuma alternativa anterior.

04

De acordo com o disposto na Lei n. 6.015/1973, marque a alternativa incorreta acerca da habilitação para o casamento:

- A) Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.
- B) A celebração do casamento poderá ser realizada, a requerimento dos nubentes, em meio eletrônico, por sistema de videoconferência em que se possa verificar a livre manifestação da vontade dos contraentes.
- C) A dispensa da publicação eletrônica dos editais de proclamas, requerida pelos contraentes, nas hipóteses previstas em lei, é de alçada do Juiz Corregedor, com possibilidade de recurso da decisão à Corregedoria Geral de Justiça.
- D) Se o interessado quiser justificar fato necessário à habilitação para o casamento, deduzirá sua intenção perante o Juiz competente, em petição circunstanciada indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações.
- E) A identificação das partes e a apresentação dos documentos exigidos pela lei civil para fins de habilitação poderão ser realizadas eletronicamente mediante recepção e comprovação da autoria e da integridade dos documentos.

05

Acerca da conversão da união estável em casamento, assinale a alternativa correta:

- A) Recebido o requerimento, será iniciado o processo de habilitação sob o mesmo rito previsto para o casamento, e deverá constar dos proclamas que se trata de conversão de união estável em casamento.
- B) A conversão da união estável em casamento deverá ser solicitada pelos conviventes ao oficial de registro civil de pessoas naturais, podendo ser realizada em qualquer circunscrição.
- C) Em caso de requerimento de conversão de união estável por mandato, a procuração deverá ser pública e com prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- D) O assento da conversão da união estável em casamento será lavrado no Livro C, sem a indicação da data e das testemunhas da celebração, do nome do presidente do ato e das assinaturas dos companheiros e das testemunhas, anotando-se no respectivo termo que se trata de conversão de união estável em casamento.
- E) Constará do assento de casamento convertido a partir da união estável a data do início ou o período de duração desta.

06

A socioafetividade entre pais e filhos pode ser reconhecida tanto por vias judiciais quanto extrajudiciais. No cenário hipotético de um reconhecimento extrajudicial da socioafetividade entre duas pessoas, é possível afirmar que:

- A) É cabível a inclusão de mais de um ascendente socioafetivo materno pela via extrajudicial.
- B) Caso o filho seja menor de 18 anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva poderá ser realizado independentemente de seu consentimento.
- C) Admite-se aos avós biológicos a possibilidade de reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de netos(as) por meio de procedimento extrajudicial.
- D) É irrevogável o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação.
- E) Permite-se, por via extrajudicial, o reconhecimento da socioafetividade em relação a filhos menores de doze anos, desde que o Ministério Público estadual ou do Distrito Federal seja ouvido no procedimento e dê anuência para a lavratura do registro.

07

A Lei n. 14.382/2022 introduz diversas mudanças na Lei de Registros Públicos, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas ao nome. Marque a alternativa correta conforme as disposições da Lei de Registros Públicos.

- A) Toda pessoa possui o direito à identificação nominativa, abrangendo o prenome e o sobrenome, observado que ao prenome deverão ser adicionados os sobrenomes dos genitores ou de seus ascendentes, em qualquer ordem de disposição, e na eventualidade de inclusão de sobrenome de ascendente que não esteja registrado nas certidões fornecidas, será obrigatória a apresentação de todas as certidões correspondentes à linha ascendente para comprovação documental.
- B) O oficial de registro civil não registrará prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, observado que, quando os genitores não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso à decisão do juiz competente, sendo devidos os emolumentos correspondentes pelo procedimento.
- C) No prazo de até quinze dias úteis contados da lavratura do assento de nascimento, qualquer ascendente poderá formular, junto ao cartório de registro civil responsável, impugnação fundamentada ao prenome atribuído pelo declarante.
- D) Conforme a redação vigente da Lei de Registros Público, é facultado a qualquer indivíduo, após alcançar a maioria civil, requerer diretamente perante o Cartório de Registro Civil a alteração de seu prenome, desde que o pedido seja devidamente motivado.
- E) Quando o declarante do registro de nascimento não indicar o nome completo da criança, o oficial de registro civil deve lançar adiante do prenome escolhido ao menos um sobrenome de cada um dos genitores, na ordem que julgar mais conveniente para evitar homônimos.

08

Nos termos da Lei n. 6.015/1973, que tratar dos Registros Públicos, no âmbito das disposições sobre o registro de nascimento, pode-se corretamente afirmar que:

- A) Todo nascimento ocorrido em território nacional deverá ser registrado no local onde se deu o parto ou no domicílio dos pais, no prazo de trinta dias, que poderá ser prorrogado por até três meses nos casos em que o registro se dê em localidade situada a mais de quinze quilômetros da sede do cartório.
- B) O oficial do registro civil das pessoas naturais do município poderá, por meio de convênio e desde que não prejudique o regular funcionamento da serventia, estabelecer uma unidade interligada exclusivamente em estabelecimento público de saúde, com a finalidade de recepção e envio de dados, lavratura do registro de nascimento e emissão da certidão correspondente.
- C) Quando o oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de duas pessoas que não forem os pais e tiverem visto o recém-nascido.
- D) A naturalidade poderá ser atribuída ao município onde ocorreu o nascimento ou ao município de residência do pai do registrando à época do nascimento, desde que este esteja situado em território nacional, cabendo ao declarante a escolha no momento da lavratura do registro de nascimento.
- E) O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo constitui prova ou presunção da paternidade.

09

Os Registros Cíveis das Pessoas Naturais são classificados como ofícios de cidadania. Em relação a essa característica, é correto afirmar que:

- A) A emissão da primeira certidão de casamento é isenta de emolumentos para todos.
- B) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o RCNP pode prestar outros serviços remunerados além daqueles previstos na Lei de Registros Públicos, desde que estejam relacionados com as atividades registrais e o convênio que autoriza tal prática seja submetido à fiscalização pelos órgãos correicionais do Poder Judiciário.
- C) Os cartórios de registros públicos não estão obrigados a instalarem quadros com tabelas de emolumentos em locais de grande visibilidade, que possibilitem fácil leitura pelos usuários dos serviços, incluindo a informação sobre gratuidades.
- D) O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de três testemunhas.
- E) Somente das pessoas reconhecidamente pobres é que não são exigidos emolumentos para o registro civil de nascimento, o assento de óbito e a primeira certidão correspondente.

10

A suscitação de dúvida é um procedimento previsto em lei, o qual pode ser empregado, por exemplo, na hipótese de discordância quanto a alguma exigência formulada pelo oficial. Acerca do tema, é correto afirmar que:

- A) A decisão proferida em procedimento de dúvida registral possui natureza *sui generis*, podendo ser contestada em processo contencioso adequado, nos casos especificamente previstos em lei.
- B) A decisão proferida no procedimento de dúvida registral possui natureza judicial, iniciando um processo comum.
- C) Cabe recurso especial contra decisão proferida em procedimento de dúvida registral.
- D) A decisão proferida em procedimento de dúvida registral tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
- E) A decisão proferida em procedimento de dúvida registral tem natureza definitiva, não sendo passível de qualquer medida judicial em sentido contrário.

11

O oficial de registro de imóveis, ao iniciar o exercício de sua delegação, observa que há uma lacuna na numeração sequencial das matrículas (Livro 2). A serventia conta com um total de 9.000 (nove mil) matrículas, porém, após a matrícula de número 7.000 (sete mil), a seguinte matrícula é a de número 7.011 (sete mil e onze). Marque a alternativa correta, conforme disposto no Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

- A) O Oficial terá de incluir uma única ficha de matrícula, contendo uma averbação que indicará todos os números omitidos, consignando, ainda, que não há imóveis matriculados sob tais numerações.
- B) O Oficial deverá, na hipótese, incluir 10 (dez) fichas, sendo que cada uma deverá conter uma averbação informando que não foi aberta matrícula com o número constante no cabeçalho.
- C) O Oficial não poderá permitir a existência de lacunas na numeração sequencial e contínua das matrículas. Assim, utilizará os números ausentes nas novas matrículas a serem abertas, em razão dos novos atos que realizar, indicando no topo da ficha a data da abertura da matrícula.
- D) O Oficial não poderá permitir lacunas na numeração sequencial e contínua das matrículas. Dessa forma, utilizará os números faltantes nas matrículas subsequentes, em razão dos novos atos que realizar, registrando no topo da ficha a data de abertura da matrícula, desde que o Juiz Corregedor Permanente seja comunicado previamente.
- E) O Oficial poderá permitir o salto na numeração sequencial das matrículas, uma vez que tal ocorrência não gera qualquer prejuízo ou irregularidade no processo de registro.

12

Uma autarquia pública federal protocolou um requerimento para a unificação de dois imóveis e a abertura de uma nova matrícula para o terreno unificado junto ao cartório de Registro de Imóveis. Contudo, o responsável pelo Registro Imobiliário emitiu uma nota devolutiva com determinadas condições que não foram aceitas pela autarquia. Em razão dessa divergência, a entidade solicitou ao oficial do cartório que suscitasse dúvida para a resolução da questão. Considerando o cenário apresentado e à luz das normas processuais e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.

- A) No caso, o processamento e julgamento da dúvida suscitada deve ser conduzido por um juízo federal.
- B) Na hipótese, o processamento e julgamento da dúvida suscitada deve ser conduzido por um juízo estadual.
- C) A decisão proferida no procedimento de dúvida possui natureza judicial.
- D) A suscitação de dúvida pode ser realizada tão somente de ofício pelo oficial de registro.
- E) O magistrado decidirá acerca da impugnação da dúvida com fundamento nos documentos apresentados pela parte interessada, sem que seja necessário ouvir o Ministério Público.

13

Indique a alternativa correta acerca da sistemática de registros nos Ofícios de Registro de Imóveis.

- A) Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 15 (quinze) dias da data do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- B) Se não houver exigências ou falta de pagamento de custas e emolumentos, deverão ser registrados, no prazo de 5 (cinco) dias os requerimentos de averbação de construção.
- C) A escrituração do protocolo incumbirá tanto ao oficial titular como ao seu substituto legal, podendo, ser feita, ainda, por escrevente auxiliar expressamente designado pelo oficial titular ou pelo seu substituto legal mediante autorização do juiz competente, desde que os primeiros estejam afastados.
- D) Caso exista alguma exigência a ser satisfeita, o oficial de registro deverá comunicá-la, a seu critério, de forma escrita ou verbal, respeitando o prazo estabelecido em lei. A indicação deve ser realizada de maneira clara, objetiva e articulada, reunindo todas as exigências de uma só vez – ou seja, sem apresentar novas demandas posteriormente –, com a devida data, identificação e assinatura do oficial responsável.
- E) Após a protocolização do título, o oficial deverá, em todos os casos, realizar o registro do documento ou emitir uma nota devolutiva, dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da data do protocolo.

14

Quanto aos atos realizados no Registro de Imóveis, indique a alternativa correta.

- A) Não é admitido o registro do contrato de pagamento por serviços ambientais, quando este estipular obrigações de natureza *propter rem*.
- B) A extensão da garantia real à nova operação de crédito, nas hipóteses autorizadas por lei, ingressa por ato de registro.
- C) O registro da instituição do bem de família legal é admitido no cartório de imóveis.
- D) O registro do patrimônio rural em afetação em garantia é admitido no cartório de imóveis.
- E) A cessão do crédito com garantia real sobre imóvel ingressa por ato de registro.

15

Nos termos da Lei n. 6.015/1973, a legitimação fundiária e a extinção da concessão de direito real de uso estão sujeitos a:

- A) Averbação no Registro de Imóveis.
- B) Registro no Registro de Imóveis.
- C) Averbação e registro, respectivamente, no Registro de Imóveis.
- D) Registro e averbação, respectivamente, no Registro de Imóveis.
- E) Inscrição no Registro de Imóveis.

16

De acordo com as disposições da Lei n. 6.015/1973, deverão ser registrados no Livro n. 3 – Registro Auxiliar, do Registro de Imóveis:

- I. Cédulas de crédito rural.
- II. As convenções de condomínio edilício.
- III. As convenções de condomínio em multipropriedade.
- IV. Contratos de penhor rural.

É correta a afirmação contida em:

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) II e IV, apenas.

17

Nos termos da Lei n. 8.009/1990, que trata da impenhorabilidade do bem de família, assinale a alternativa incorreta.

- A) A manifestação de impenhorabilidade do bem de família deve ser aceita, mesmo em caso de ação destinada à execução de hipoteca sobre o imóvel que foi dado como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar, com o objetivo de financiar a construção ou aquisição do imóvel.
- B) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- C) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.
- D) Não se beneficiará da impenhorabilidade do bem de família aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga.
- E) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

18

Em relação ao compromisso de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- A) A certidão do cancelamento do registro do compromisso de compra e venda não é considerada prova relevante ou determinante para a concessão da medida liminar de reintegração de posse.
- B) Caso o pagamento não seja efetuado, o oficial de registro formalizará a ocorrência e dispensará o recolhimento dos emolumentos para proceder com o cancelamento do registro.
- C) O promitente comprador, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, será intimado pessoalmente pelo oficial do competente registro de imóveis a satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, a prestação ou as prestações vencidas e as que vencerem até a data de pagamento.
- D) A mora poderá ser purgada mediante pagamento ao oficial do registro de imóveis, que dará quitação ao promitente comprador ou ao seu cessionário das quantias recebidas no prazo de 5 (cinco) dias.
- E) O oficial do registro de imóveis poderá delegar a diligência de intimação ao oficial do registro de títulos e documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la.

19

De acordo com as disposições da Lei n. 6.015/1973 sobre o Registro Torrens, marque a alternativa correta.

- A) A manifestação do Ministério Público não será obrigatória, sendo este órgão competente para impugnar o registro apenas em casos excepcionais.
- B) Caso considere que os documentos apresentados comprovam a propriedade do requerente, o Magistrado determinará a expedição de edital, o qual deverá ser afixado em local usual e publicado uma vez no órgão oficial do Estado e 3 (três) vezes na imprensa local, se houver, fixando prazo não inferior a 2 (dois) meses nem superior a 4 (quatro) meses para a apresentação de eventuais oposições.
- C) É desnecessária a realização da notificação das pessoas indicadas pelo requerente, sendo suficiente, para tal fim, a mera publicação de edital.
- D) Feita a publicação do edital, a pessoa que se julgar com direito sobre o imóvel, no todo ou em parte, poderá contestar o pedido no prazo de 30 (trinta) dias.
- E) O imóvel sujeito a hipoteca ou ônus real poderá ser admitido a registro independentemente do consentimento expresso do credor hipotecário ou da parte em favor de quem se tenha instituído o ônus.

20

No Registro de Imóveis, além da matrícula, deverão ser realizados, entre outros, o registro:

- I. Da incorporação imobiliária.
- II. Da servidão ambiental.
- III. Da arrematação e da adjudicação em hasta pública.
- IV. Das servidões em geral.

É correta a afirmação contida em:

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) III, apenas.

21

O prazo para a qualificação registral de título é o seguinte, contado da data do protocolo:

- A) 10 dias.
- B) 15 dias.
- C) 20 dias.
- D) 30 dias.
- E) 45 dias.

22

No caso de inexistir exigências ou falta de pagamento dos emolumentos e das custas, o prazo para a realização do registro do título prenotado no Cartório de Imóveis é o seguinte, contado da data da prenotação:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

23

Suponha que um título de segunda hipoteca, com referência expressa à existência de outra anterior, seja prenotado. Nesse caso, o registrador deverá sobrestar o procedimento de registro para aguardar a prenotação do título de primeiro grau, sob pena de registro do título como hipoteca de primeiro grau. O prazo de sobrestamento é de:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

24

Município poderá solicitar ao cartório de registro de imóveis competente a abertura de matrícula de parte ou da totalidade de imóveis públicos oriundos de parcelamento do solo urbano implantado, ainda que não inscrito ou registrado, por meio de requerimento acompanhado de documentos. Entre esses documentos, está a comprovação de intimação dos confrontantes para que informem se os limites definidos na planta e no memorial descritivo do imóvel público a ser matriculado se sobrepõem às suas respectivas áreas, se for o caso. O prazo para esses confrontantes intimados se manifestarem é de:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

25

No procedimento de dúvida registral, o apresentante será notificado para, perante o juízo competente, apresentar impugnação. O prazo para oferecer essa impugnação é de:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

26

No procedimento de retificação extrajudicial no Cartório de Imóveis, o confrontante que não tiver assinado a planta será notificado pelo Oficial de Registro de Imóveis competente, a requerimento do interessado, para se manifestar no seguinte prazo:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

27

No procedimento de usucapião extrajudicial no Cartório de Imóveis, o confrontante que não tiver assinado a planta será notificado pelo Oficial de Registro de Imóveis competente, a requerimento do interessado, para se manifestar no seguinte prazo:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

28

No procedimento de adjudicação compulsória extrajudicial no Cartório de Imóveis, a outra parte (diversa da requerente do procedimento) é notificada pelo registrador para celebrar o título de transmissão da propriedade plena no seguinte prazo:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

29

O prazo da prioridade da prenotação de um título no Cartório de Imóveis é, em regra, de:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

30

No caso de procedimentos de regularização fundiária de interesse social, O prazo da prioridade da prenotação de um título no Cartório de Imóveis é de:

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 40 dias.

31

No que tange ao ato notarial eletrônico, é incorreta a seguinte afirmação:

- A) É permitido ao notário realizar a videoconferência por meio da plataforma e-Notariado ou de qualquer outra que possibilite a gravação e o arquivamento dos dados, desde que sejam atendidos os requisitos tecnológicos previstos na legislação aplicável.
- B) Se houver um ou mais imóveis de diferentes circunscrições no mesmo ato notarial, será competente para a prática de atos remotos o tabelião de quaisquer delas.
- C) Se o imóvel estiver situado no mesmo estado da federação federativo do domicílio do adquirente, este terá a faculdade de selecionar qualquer tabelionato de notas da unidade federativa em questão para a lavratura do ato.
- D) Compete ao tabelião de notas da circunscrição do imóvel ou do domicílio, de forma remota e com exclusividade, lavrar as escrituras eletronicamente, por meio do e-Notariado, com a realização de videoconferência e assinaturas digitais das partes.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

32

Sobre o tabelião de notas, marque a alternativa correta:

- A) Aos tabeliões de notas compete, sem exclusividade, realizar o reconhecimento de firmas e a autenticação de cópias.
- B) Aos tabeliões de notas compete, com exclusividade, entre outras atividades, certificar o implemento ou a frustração de condições e outros elementos negociais.
- C) É livre a escolha do tabelião de notas, independentemente do domicílio das partes ou do lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- D) O tabelião de notas possui a prerrogativa de exercer os atos de sua competência fora do território municipal para o qual lhe foi conferida a delegação.
- E) É imperativo que os tabeliões de notas se encarreguem de todas as diligências e providências necessárias ou oportunas para a preparação dos atos notariais, incluindo a solicitação dos elementos ou documentos pertinentes, podendo ônus serem maiores que os emolumentos devidos pelo ato.

33

João se apresenta em um tabelionato de notas de uma Comarca no interior do Estado e, ao ser atendido, faz uma solicitação verbal para que seja realizado o apostilamento de seu diploma de conclusão de curso registrado no Brasil. O tabelião, por sua vez, informa que não poderá proceder com o ato, justificando-se pelos seguintes motivos:

- I. O tabelionato de notas não está cadastrado para a prestação do serviço de apostilamento, o que é facultativo nos serviços notariais e de registro localizados no interior do Estado.
- II. Mesmo que o tabelionato de notas prestasse o serviço de apostilamento, não procederá à solicitação sem que o interessado apresentasse um requerimento formal por escrito.
- III. O documento apresentado é de natureza particular e, portanto, não se presta à formalidade do apostilamento.

É correta a afirmação contida em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I, II e III.

34

No que tange à guarda e à conservação dos livros de registro, marque a alternativa correta:

- A) O titular da serventia tem a prerrogativa de transitar livremente com os livros de registro dentro dos limites da circunscrição estadual onde exerce sua atividade.
- B) O titular da serventia tem a prerrogativa de transitar livremente com os livros de registro dentro dos limites da circunscrição municipal onde exerce sua atividade.
- C) Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judícia.
- D) Os livros de registro, assim como quaisquer fichas que venham a substituí-los, são insuscetíveis de remoção do respectivo cartório.
- E) Os livros de registro e suas fichas substitutivas não poderão ser retirados do cartório, salvo por motivo de força maior.

35

Nos termos da Lei n. 7.433/1985, marque a opção **incorreta**:

- A) O Tabelião consignará no ato notarial a apresentação do documento comprobatório do pagamento do Imposto de Transmissão *inter vivos*, as certidões fiscais e as certidões de propriedade e de ônus reais, ficando dispensada sua transcrição.
- B) Obriga-se o Tabelião a manter, em Cartório, os documentos e certidões necessários para lavratura de escrituras, seja na forma original ou por meio de cópias autenticadas.
- C) Na lavratura de atos notariais, inclusive os relativos a imóveis, além dos documentos de identificação das partes, somente serão apresentados os documentos expressamente determinados nesta Lei.
- D) Ficam dispensados, na escritura pública de imóveis urbanos, sua descrição e caracterização, desde que constem, estes elementos, da certidão do Cartório do Registro de Imóveis.
- E) Na escritura pública de imóveis urbanos e rurais, a descrição e a caracterização do bem ficam dispensadas, desde que tais informações constem na certidão emitida pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

36

A usucapião é uma forma originária de aquisição da propriedade de bens móveis, imóveis e outros direitos reais, resultante do decurso do tempo, desde que observados os requisitos legais previstos. A característica de ser originária decorre da inexistência de vínculo entre o antigo e o novo proprietário. A legislação vigente admite, inclusive, a possibilidade da modalidade administrativa deste procedimento. Para a instrução do procedimento administrativo de usucapião, um dos documentos imprescindíveis é a ata notarial, que, a pedido do interessado, pode atestar a existência e o modo de existir de algum fato. Em relação a esse documento, é **incorreto** afirmar que:

- A) No procedimento de usucapião extrajudicial, a ata notarial será lavrada pelo tabelião de notas do município onde se situa o imóvel usucapiendo ou a maior parte dele. Nesse contexto, cabe ao tabelião a formalização do ato, sem a obrigação de alertar o requerente ou as testemunhas de que a prestação de declaração falsa no referido instrumento configurará crime de falsidade, sujeito às penas da lei.
- B) O tabelião de notas poderá comparecer ao imóvel usucapiendo para efetuar as diligências que se fizerem necessária à lavratura da ata notarial.
- C) A ata notarial pode incluir, além de depoimentos testemunhais, imagens, documentos, sons gravados em arquivos eletrônicos, sendo vedado que se fundamente apenas em declarações do requerente.
- D) Finalizada a lavratura da ata notarial, o tabelião deve cientificar o requerente e consignar no ato que a ata notarial não tem valor como confirmação ou estabelecimento de propriedade, servindo apenas para a instrução de requerimento extrajudicial de usucapião para processamento perante o registrador de imóveis.
- E) No procedimento de usucapião extrajudicial, a ata notarial será lavrada pelo tabelião de notas do município onde se situa o imóvel usucapiendo ou a maior parte dele, a quem caberá alertar o requerente e as testemunhas de que a prestação de declaração falsa no referido instrumento configurará crime de falsidade, sujeito às penas da lei.

37

Assinale a alternativa correta.

- A) O fornecimento de certidões aos solicitantes legitimados deve ser realizado exclusivamente por meio de documento original, não sendo admitido o uso de cópias reprográficas para essa finalidade.
- B) O requerimento para a lavratura da ata notarial, quando efetuado por um dos genitores ou pelo responsável legal, envolvendo dados pessoais de indivíduo com idade superior a 12 anos e inferior a 18 anos, será interpretado como consentimento específico e em destaque para o tratamento dos dados do jovem em questão.
- C) Após o falecimento, a certidão de testamento poderá ser fornecida ao solicitante que apresentar a certidão de óbito.
- D) Nos atos protocolares e nas escrituras públicas, será obrigatória a inserção da condição de pessoa exposta politicamente.
- E) A certidão de testamento somente será disponibilizada àqueles que demonstrarem vínculo de parentesco com o testador, por meio da apresentação de documento público que ateste tal relação.

38

É correto afirmar que:

- A) Em qualquer caso, o testamento particular é inválido quando apresentar apenas assinatura digital da testadora, e não de próprio punho.
- B) Mostra-se possível o inventário extrajudicial, ainda que exista testamento, se os interessados forem capazes e concordes e estiverem assistidos por advogado, desde que o testamento tenha sido previamente registrado judicialmente ou haja a expressa autorização do juízo competente.
- C) A jurisprudência do STJ permite que, visando a preservação da última vontade do testador, seja possível flexibilizar certos requisitos formais no registro do testamento, como, por exemplo, a assinatura do tabelião ou de seu substituto legal, que é, portanto, dispensável para a validade do documento.
- D) O testamento público pode ser realizado por maior de 16 e menor de 18 anos, desde que seja assistido por um dos genitores ou por seu representante legal.
- E) A incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento.

39

Acerca do tabelionato de notas e a proteção de dados, é **incorreto** afirmar que:

- A) No ato notarial, serão inseridos na qualificação dos sujeitos: o nome completo de todas as partes; o documento de identificação, ou, na sua falta, a filiação; o número de CPF; a nacionalidade; o estado civil; a existência de união estável; a profissão; o domicílio; o endereço eletrônico e o número de telefone.
- B) A emissão e o fornecimento de certidão de ficha de firma e dos documentos depositados por ocasião de sua abertura somente poderão ser realizados a pedido do titular referido nos documentos, seus representantes legais e mandatários com poderes especiais ou mediante decisão judicial.
- C) O fornecimento de certidões para os solicitantes legitimados pode ocorrer por meio de cópia reprográfica.
- D) No ato notarial, serão inseridos na qualificação dos sujeitos: o nome completo de todas as partes; o documento de identificação, ou, na sua falta, a filiação; o número de CPF; a nacionalidade; o estado civil; a existência de união estável; a profissão; e o domicílio, sendo dispensada a inserção de endereço eletrônico e de número de telefone.
- E) A certidão de testamento somente poderá ser fornecida ao próprio testador ou mediante ordem judicial.

40

São requisitos da prática do ato notarial eletrônico:

- I. Videoconferência notarial para captação do consentimento das partes sobre os termos do ato jurídico.
- II. Assinatura do tabelião de notas com a utilização de certificado digital ICP-Brasil.
- III. Uso de formatos de documentos de longa duração com assinatura digital.
- IV. Concordância expressada pelas partes com os termos do ato notarial eletrônico.
- V. Assinatura digital pelas partes, exclusivamente por meio do e-Notariado.

Considerando-se as afirmações, estão corretas:

- A) I, III, IV e V, apenas.
- B) I, II, IV e V, apenas.
- C) I, II, III e V, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

41

A delegação poderá ser extinta nos casos de:

- I. Aposentadoria compulsória.
- II. Aposentaria facultativa.
- III. Invalidez.
- IV. Renúncia
- V. Decisão liminar em processo judicial.

É correta a afirmação contida em:

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II, III e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) IV, apenas.

42

Três acadêmicos de Direito, ao debaterem a viabilidade da divulgação nominal de vencimentos dos servidores notariais e de registro, desenvolveram as seguintes reflexões:

- I. Os notários e registradores, por estarem abrangidos no conceito de agentes públicos *lato sensu*, devem se sujeitar a ampla fiscalização.
- II. Os emolumentos recebidos pelas serventias têm natureza jurídica de taxa, o que também justifica a submissão ao regime de direito público.
- III. Ainda que não sejam servidores públicos, mas particulares atuando em colaboração com o Poder Público por meio de delegação, os notários e registradores sujeitam-se ao regime jurídico de direito público.
- IV. Embora os serviços notariais e de registro sejam realizados em caráter privado por delegação do poder público, não há descaracterização da natureza essencialmente estatal dessas atividades de índole administrativa e destinadas à garantia da publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- V. As receitas e despesas brutas das serventias extrajudiciais configuram dados pessoais a serem protegidos sob o argumento de garantir o direito ao sigilo e à privacidade.
- VI. A divulgação nominal da remuneração de servidores públicos em sítio eletrônico governamental na rede mundial de computadores configura lesão aos princípios constitucionais do direito à intimidade ou à vida privada.

É correta a afirmação contida em:

- A) I, II, III, IV e V, apenas.
- B) I, II, III, IV e VI, apenas.
- C) II, III, IV, V e VI, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV, apenas.

43

A Constituição Federal de 1988 estabelece que as atividades notariais e de registro são desempenhadas de forma privada, mediante delegação conferida pelo Poder Público. Nesse cenário, pode-se afirmar que:

- A) A transferência da execução do serviço público decorre de um contrato administrativo de concessão.
- B) A execução desses serviços é transferida por contrato administrativo unilateral.
- C) A transferência da execução do serviço público decorre de ato administrativo de outorga de delegação.
- D) A transferência da execução do serviço público decorre de lei em sentido formal.
- E) A transferência da execução do serviço público decorre de contrato administrativo de permissão.

44

No que se refere à Ordem de Serviço nos Registros Públicos, é possível afirmar que:

- A) O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, sem exceção.
- B) O registro civil de pessoas naturais funcionará todos os dias, excetuando-se apenas os feriados nacionais.
- C) Os títulos apresentados para exame e cálculo dos respectivos emolumentos devem ser devidamente apontados no Protocolo.
- D) Quando o interessado no registro for algum parente do oficial, o ato pode ser realizado, em qualquer caso, pelo próprio oficial, sem necessidade de substituto legal.
- E) Os atos de registro somente serão realizados mediante requerimento formal e escrito dos interessados, sendo inadmissível a solicitação em formato verbal.

45

Sobre a administração e gestão de cartório, é **incorreto** afirmar que:

- A) Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
- B) O atendimento ao público será, no mínimo, de cinco horas diárias.
- C) Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- D) Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- E) O serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também, nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão.

46

Indique a alternativa **incorreta** sobre os atos realizados pelos **Oficiais de Registro de Títulos e Documentos**, conforme estabelece a **Lei n. 6.105/1973**:

- A) O documento de quitação ou de exoneração da obrigação constante do título registrado, quando apresentado em meio físico, deverá conter o reconhecimento de firma do credor.
- B) O registro de títulos e documentos exigirá reconhecimento de firma, e caberá ao apresentante a responsabilidade pela autenticidade das assinaturas constantes de documento particular.
- C) Os registros de títulos e documentos independem de prévia distribuição.
- D) Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis.
- E) Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros a cessão de direitos e de créditos, a reserva de domínio e a alienação fiduciária de bens móveis.

47

Indique a alternativa **correta** a respeito dos livros do registro de títulos e documentos:

- A) Livro D – indicador real, para matrícula de todos os bens móveis que figurarem nos demais livros, devendo conter sua identificação, referência aos números de ordem dos outros livros e anotações necessárias, inclusive direitos e ônus incidentes sobre eles.
- B) Livro B – para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.
- C) Livro D – indicador real, para matrícula de todos os bens móveis que figurarem nos demais livros, devendo conter sua identificação, referência aos números de ordem dos outros livros e anotações necessárias, inclusive direitos e ônus incidentes sobre eles.
- D) Livro D – indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer com presteza as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.
- E) Livro D – para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data.

48

José, que integrava um dos polos de uma relação jurídica juntamente com outras partes, requereu, perante o Registro de Títulos e Documentos, o registro do contrato que fundamenta essa relação. Além disso, João solicitou que, após a efetivação do registro, o oficial notificasse os demais interessados mencionados no título, bem como terceiros indicados, incluindo alguns residentes em outros Municípios que possuem Registros de Títulos e Documentos próprios. À luz das disposições da Lei n. 6.015/1973, pode-se afirmar que:

- A) O oficial que recebeu o requerimento tem a incumbência de encaminhá-lo à central nacional de registros, a qual, por sua vez, deverá encaminhá-lo aos oficiais de Registro de Títulos e Documentos de cada circunscrição territorial competente.
- B) José deverá apresentar o referido requerimento aos Oficiais dos Registros de Títulos e Documentos das respectivas circunscrições territoriais, os quais terão a incumbência de proceder à averbação no livro de registro correspondente.
- C) O oficial que recebeu o requerimento deve notificar exclusivamente os demais interessados mencionados no título, podendo, para tanto, solicitar aos oficiais dos Registros em outros Municípios as notificações pertinentes, ficando dispensada a notificação dos terceiros.
- D) A competência do oficial do Registro de Títulos e Documentos se limita ao ato de registro, de modo que a notificação solicitada, de natureza extrajudicial, não deve ser realizada conforme o pedido de José, mas, sim, expediente autônomo.
- E) O oficial destinatário do requerimento tem a obrigação de atendê-lo, podendo solicitar aos oficiais dos Registros em outras circunscrições municipais as notificações pertinentes.

49

Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros, salvo:

- A) As cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado.
- B) Os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis.
- C) O registro e à constituição de ônus e de gravames previstos em legislação específica.
- D) A cessão de direitos e de créditos, a reserva de domínio e a alienação fiduciária de bens móveis.
- E) Os instrumentos de sub-rogação e de dação em pagamento.

50

Conforme estabelecido no Código Civil, deve ser registrado no Registro de Títulos e Documentos o penhor

- A) rural.
- B) industrial.
- C) mercantil.
- D) de veículos.
- E) de direito.

DIREITO CIVIL

Cristiny Rocha

51

Conforme disposições da Lei de introdução às normas do direito brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- B) aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.
- C) O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.
- D) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que realizada.
- E) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

52

No que concerne às disposições sobre bens no Código Civil, julgue os itens a seguir:

- I. São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- II. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis somente por determinação da lei.
- III. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

Estão corretos

- A) Somente I.
- B) Somente II.
- C) Somente a III.
- D) I e II.
- E) I e III.

53

Analise as assertivas a seguir:

- I. A lesão a pessoa a fim de remover perigo iminente não constitui ato ilícito, salvo quando o ato não for absolutamente necessário.
- II. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- III. A pretensão dos auxiliares da justiça pela percepção de emolumentos, custas e honorários prescreve em três anos.

Estão corretos

- A) Somente I.
- B) Somente II.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

54

Sobre prova, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) O fato jurídico pode ser provado mediante confissão, documento, testemunha ou perícia.
- B) As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação àqueles que mencionam.
- C) Não se pode suprir a prova do instrumento particular.
- D) A prova não supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição.
- E) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

55

Analise as assertivas a seguir em conformidade com as disposições do Código Civil:

- I. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- II. Em contrato bilateral, caso estipulada a cláusula solve et repete, não poderá o credor se utilizar da exceção do contrato não cumprido.
- III. Considera-se inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.

Estão corretos

- A) Somente I.
- B) Somente II.
- C) Somente III.
- D) I e II.
- E) Todas estão corretas.

56

Sobre empreitada, assinale a opção correta:

- A) O empreiteiro será obrigado a pagar pelos materiais que recebeu, quando por imperícia ou negligência os inutilizar.
- B) O contrato de empreitada se extingue pela morte de qualquer das partes.
- C) O empreiteiro que se incumbir de executar uma obra, segundo plano aceito por quem a encomendou, terá direito a exigir acréscimo no preço quando introduzidas modificações no projeto.
- D) Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de três anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.
- E) Ainda que o empreiteiro só tenha fornecido mão-de-obra, todos os riscos correrão por sua conta.

57

Marque a assertiva incorreta a respeito das servidões:

- A) As servidões prediais e aparentes são divisíveis, não subsistindo no caso de partilha do bem em caso de morte e nem alcançam eventuais adquirentes do bem.
- B) Se o proprietário do prédio dominante se recusar a receber a propriedade do serviente, ou parte dela, caber-lhe-á custear as obras.
- C) O dono do prédio serviente não poderá embaraçar de modo algum o exercício legítimo da servidão.
- D) Restringir-se-á o exercício da servidão às necessidades do prédio dominante, evitando-se, quanto possível, agravar o encargo ao prédio serviente.
- E) Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.

58

Conforme as disposições do Código Civil, analise as assertivas:

- I. O casamento é civil e gratuita a sua celebração.
- II. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, ainda que não registrado no registro próprio.
- III. Será anulável o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.

Estão incorretas:

- A) Somente I.
- B) Somente II.
- C) Somente III.
- D) II e III.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

59

Assinale a alternativa correta a respeito da impenhorabilidade do bem de família, conforme as disposições da Lei n. 8.009/1990:

- A) Excluem-se da impenhorabilidade as obras de arte e adornos suntuosos, mas não os veículos de transporte.
- B) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, previdenciária e trabalhista, exceto no caso de execução fiscal.
- C) poderá o juiz, em ação do credor, transferir a impenhorabilidade para a moradia familiar anterior, ou anular-lhe a venda, liberando a mais valiosa para execução ou concurso, conforme a hipótese.
- D) Para os efeitos de impenhorabilidade, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia, ainda que transitória.
- E) Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de maior valor.

60

Conforme disposições do Código civil sobre locação, assinale a alternativa correta:

- A) A locação por tempo determinado cessa de pleno direito findo o prazo estipulado, dependendo de notificação ou aviso prévio.
- B) Se, findo o prazo, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel e pelo mesmo prazo.
- C) Se, notificado o locatário, não restituir a coisa, pagará, enquanto a tiver em seu poder, o aluguel fixado em contrato, e responderá pelo dano que ela venha a sofrer, embora proveniente de caso fortuito.
- D) Morrendo o locador ou o locatário, transfere-se aos seus herdeiros a locação por tempo indeterminado.
- E) Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente não ficará obrigado a respeitar o contrato, se nele não for consignada a cláusula da sua vigência no caso de alienação, e não constar de registro.

61

Em relação aos direitos dos idosos, conforme disposições do Estatuto, analise as assertivas:

- I. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra a pessoa idosa ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, podem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis.
- II. O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser superior a 10 (dez) dias.
- III. A política de atendimento à pessoa idosa far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Estão corretos

- A) Somente I.
- B) Somente II.
- C) Somente III.
- D) I e III.
- E) Nenhuma alternativa está correta.

62

Analise as afirmações abaixo acerca da indignidade e da deserção e assinale a alternativa correta:

- A) A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer dos casos de indignidade, será declarada por sentença.
- B) O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em cinco anos, contados da abertura da sucessão.
- C) O Ministério Público não tem legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário.
- D) São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua própria honra, o que não ocorrerá no caso da ofensa ser a terceiro ou mesmo cônjuge.
- E) O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em três anos, contados da morte do de cujus.

63

Analise as afirmações abaixo acerca do contrato estimatório, conforme disposições do Código Civil, e assinale a alternativa incorreta:

- A) A coisa consignada não pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.
- B) O consignatário não se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, desde que por fato a ele não imputável.
- C) Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.
- D) O consignante não pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição.
- E) É possível a restituição da coisa consignada no contrato estimatório.

64

Analise as afirmações abaixo acerca do condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, conforme a Lei n. 4.591/1964, e assinale a alternativa correta:

- A) O condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, independentemente de inscrição obrigatória no Registro de Imóvel.
- B) É defeso a qualquer condômino alterar a forma externa da fachada.
- C) A renúncia de qualquer condômino aos seus direitos, valerá como escusa para exonerá-lo de seus encargos.
- D) Será eleito, na forma prevista pela Convenção, um síndico do condomínio, cujo mandato não poderá exceder de 2 anos, não permitida a reeleição.
- E) Haverá, anualmente, uma assembleia geral extraordinária dos condôminos, convocada pelo síndico na forma prevista na Convenção, à qual compete, além das demais matérias inscritas na ordem do dia, aprovar, por maioria absoluta dos presentes, as verbas para as despesas de condomínio, compreendendo as de conservação da edificação ou conjunto de edificações, manutenção de seus serviços e correlatas.

65

Analise as afirmações abaixo acerca do Estatuto da Terra, assinale a alternativa correta:

- A) O Poder Público reconhece às entidades privadas nacionais o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas quer como sociedades abertas constituídas na forma da legislação em vigor.
- B) Minifúndio é o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar.
- C) Imóvel rural é aquele direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, que lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.
- D) Propriedade familiar é o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada.
- E) Os acordos, convênios ou contratos não poderão conter cláusula que autorizem a adesão de outras pessoas de direito público, interno ou externo, não participantes direta dos atos jurídicos celebrados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Lídia Marangon

66

Segundo o entendimento do STJ acerca da tutela provisória, assinale a alternativa correta.

- A) O novo CPC alterou o entendimento de que a multa diária, quando fixada em antecipação de tutela, somente poderá ser objeto de execução provisória após a sua confirmação pela sentença de mérito e desde que o recurso eventualmente interposto não seja recebido com efeito suspensivo.
- B) Não atendido o prazo legal de 30 dias para formulação do pedido principal em tutela antecipada requerida em caráter antecedente, a medida concedida perderá a sua eficácia e o procedimento de tutela antecedente será extinto sem exame do mérito.
- C) Há previsão legal acerca do ajuizamento de embargos de divergência contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido em pedido de tutela provisória para agregar efeito suspensivo a conflito de competência.
- D) Compete ao juízo da vara cível o julgamento de tutela de urgência que tem por objetivo antecipar o início do stay period ou suspender os atos expropriatórios determinados em outros juízos, antes mesmo de deferido o processamento da recuperação.
- E) Ainda que o provedor de aplicação de internet cumpra decisão de tutela de urgência sem ofertar oposição à pretensão na obtenção dos dados e registros, cabe imputação de ônus sucumbenciais (honorários advocatícios).

67

É admissível a assunção de competência quando o julgamento de

- A) recurso envolver relevante questão de fato, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- B) remessa necessária envolver relevante questão de direito, sem grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- C) processo de competência originária envolver relevante questão de fato, com grande repercussão social e com repetição em múltiplos processos.
- D) recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- E) recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de fato, com grande repercussão social e com repetição em múltiplos processos.

68

Incumbe ao relator

- A) dirigir e ordenar o processo no tribunal, salvo quanto à produção de prova.
- B) apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal.
- C) conhecer de recurso inadmissível.
- D) decidir o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, quando este for instaurado em primeira instância.
- E) determinar a intimação do Ministério Público em qualquer processo que tramite no tribunal.

69

Sobre o IRDR, assinale a alternativa incorreta:

- A) É inadmissível a interposição de recurso especial contra decisão que, embora fixe tese em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), tem origem em mandado de segurança denegado pelo Tribunal de origem.
- B) O recurso interposto contra acórdão proferido por Tribunal de origem no julgamento de IRDR deve ser processado de forma qualificada, sendo recebido como representativo de controvérsia.
- C) O Código de Processo Civil adotou, como regra, a sistemática da causa-piloto para o julgamento do IRDR, que nada mais é do que um incidente instaurado em um processo já em curso no Tribunal para resolver questões de direito oriundas de demandas de massa.
- D) Não cabe recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem que fixa tese jurídica em abstrato em julgamento do IRDR para tratar de debate acerca da aplicação, em concreto, das regras processuais previstas para a admissão e o julgamento do IRDR.
- E) Interposto recurso especial ou recurso extraordinário contra o acórdão que julgou o Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva - IRDR, os efeitos deste ficam suspensos enquanto não julgado o recurso excepcional (art. 982, § 5º, do CPC), hipótese em que não cabe reclamação.

DIREITO PENAL

Renato Pulz

70

Hércules caminhando à noite por uma rua escura se depara com um sócia de um traficante adversário, que leva a mão no bolso do casaco, como se fosse sacar algum objeto; Hércules temendo por sua vida, pensa que o outro está a pegar uma arma, por isso resolve agir primeiro e saca de sua arma atirando contra o adversário, que na verdade estava procurando um isqueiro. Sobre o caso, marque a alternativa correta.

- A) Hércules deverá responder por homicídio sem qualquer chance de defesa.
- B) É um exemplo de erro de tipo incriminador.
- C) Deve ser excluída a culpabilidade por um erro de proibição.
- D) É caso de erro de tipo permissivo.
- E) Erro acidental sobre a pessoa.

71

João Grandão desejando matar seu desafeto, que por acaso era seu cunhado, entrou no bar armado naquela noite e ficou esperando. Não demorou até Zé Bento entrar com amigos para comemorar a novidade. João Grandão caminhou em direção à vítima e quando chegou perto sacou uma pistola desferindo três tiros, dois passaram de raspão e outro atingiu uma perna fazendo com que Zé Bento caísse no chão. Quando João Grandão chegou mais perto e mirou na cabeça da vítima, uma pessoa gritou para que não atirasse, pois Zé Bento acabara de saber que seria pai. João Grandão por um instante de compaixão, abandonou a sua intensão inicial e resolveu ir embora dali. Diante do caso descrito, marque a alternativa correta.

- A) João Grandão responderá penalmente por tentativa de homicídio qualificado.
- B) Não há que se falar em tentativa abandonada, afinal sua mudança de intensão não foi espontânea.
- C) João Grandão responderá somente por lesão corporal.
- D) O instituto jurídico aplicado é também chamado pela doutrina de pontes de prata.
- E) João grandão será beneficiado pelo arrependimento eficaz ou resipiscência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renato Pulz

72

Sobre as regras de competência, conforme as disposições do Código de Processo penal e da jurisprudência dos Tribunais superiores, marque a alternativa correta.

- A) O domicílio da vítima não é uma das causas que determinam a competência de jurisdição.
- B) O Código de Processo Penal adotou em regra a Teoria do resultado.
- C) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- D) O foro por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente pela Constituição estadual prevalece sobre a competência constitucional do Tribunal do Júri.
- E) A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Renato Grilo

73

A recente reforma tributária, aprovada por meio da EC n. 132/2023, acrescentou alguns princípios tributários ao texto constitucional. Assinale a alternativa que indica um princípio de direito tributário que já fazia parte expressamente do texto da Constituição, antes da EC n. 132/2023:

- A) A simplicidade e a transparência tributárias.
- B) A justiça tributária.
- C) Princípio da cooperação tributária.
- D) Vedação ao efeito do confisco.
- E) Defesa do meio ambiente, como expressão de justiça extra fiscal.

74

Sobre o tributo previsto no Art. 149-A da Constituição Federal, considerando a vigência da EC n. 132/2023, marque a assertiva que está errada:

- A) Na redação da Constituição Federal vigente até a EC n. 132/2023, o tributo somente podia incidir para custear a “iluminação pública”, sem outras abrangências trazidas pela reforma tributária.
- B) A EC n. 132/2023 operou a revogação expressa da viabilidade de cobrança do tributo na fatura de energia elétrica.
- C) O texto que passa a vigorar com a reforma tributária permite a cobrança do tributo também para a implementação de melhorias na iluminação pública.
- D) O texto que passa a vigorar com a reforma tributária permite a cobrança do tributo para a melhoria de sistemas de monitoramento para segurança.
- E) O texto que passa a vigorar com a reforma tributária permite a cobrança do tributo para a preservação de logradouros públicos.

75

Trata-se de uma espécie de tributo que expressa uma contraprestação capaz de fazer frente a um agir do poder público, possuindo uma relação de razoável equivalência entre o custo da atuação estatal entregue ao contribuinte e o valor que o Estado pode exigir. Essa descrição se refere a qual espécie tributária:

- A) Preços públicos.
- B) Empréstimo compulsório.
- C) Tarifa pelo uso do serviço público.
- D) Contribuição da espécie “de melhoria”.
- E) Taxa.

76

De modo hipotético, considere que o Estado-membro da Paraíba resolveu criar uma empresa estatal, da espécie sociedade de economia mista, com capital aberto e ações negociadas na B3 (Bolsa de Valores). Nesse caso, essa entidade possuirá

- A) apenas a imunidade tributária para taxas municipais.
- B) apenas a imunidade tributária de impostos municipais.
- C) apenas a imunidade tributária recíproca proporcionalmente às ações detidas pelo Poder Público.
- D) imunidade tributária em relação aos tributos federais, por negociar ações em bolsa.
- E) constitucionalmente, nenhuma imunidade tributária.

77

Considerando os entendimentos firmados para impostos estaduais, assinale a alternativa que está em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- A) É constitucional a instituição de alíquotas de ICMS sobre as operações de energia elétrica e os serviços de telecomunicação em patamar superior ao aplicado às operações em geral.
- B) É inconstitucional a inclusão do ICMS no aspecto dimensível, especificamente na base de cálculo, das contribuições (tributos federais) do PIS / COFINS.
- C) É constitucional que Estados-membros criem o ITCMD sobre heranças e doações no exterior (inciso III do § 1º do art. 155 da CF/1988), mediante lei estadual local e específica, ainda que sem qualquer previsão em lei complementar nacional.
- D) É inconstitucional que lei estadual ou distrital atribua a remissão de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais, mesmo que com amparo do CONFAZ.
- E) É inconstitucional a inclusão do ICMS no aspecto na base de cálculo da contribuição previdenciária federal incidente sobre a receita bruta - CPRB.

DIREITO EMPRESARIAL

Edilson Enedino

78

Sobre o trespasse, é correto afirmar:

- A) Ocorre trespasse quando a totalidade dos sócios é substituída por novos sócios.
- B) O trespasse produz eficácia plena após o registro do contrato no órgão competente e publicação na imprensa oficial.
- C) O trespasse produz eficácia plena após a tradição do estabelecimento.
- D) O trespasse produz eficácia plena após o registro do contrato no órgão competente.
- E) Ocorre trespasse quando falece o único titular da empresa e ela é transferida integralmente aos herdeiros.

79

A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam no Sistema Financeiro Imobiliário, não podendo ter como objeto:

- A) Os bens que, não constituindo partes integrantes do imóvel, destinam-se, de modo duradouro, ao uso ou ao serviço deste.
- B) A propriedade plena.
- C) O direito de uso especial para fins de moradia.
- D) O direito real de fruição, mesmo que suscetível de alienação.
- E) Os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União.

80

O arrendamento mercantil no Brasil adota duas modalidades, a operacional e a financeira. O conceito de arrendamento mercantil financeira é residual, pois a norma estabelece que será financeira a modalidade de arrendamento que não for classificada como arrendamento mercantil operacional. Para fins da legislação vigente, considera-se arrendamento mercantil operacional a modalidade de arrendamento em que:

- A) O bem arrendado seja suficientemente genérico, de modo a possibilitar seu arrendamento subsequente a outra arrendatária sem modificações significativas.
- B) As perdas decorrentes do cancelamento do contrato após o período de cancelamento improvável sejam suportadas substancialmente pela arrendatária.
- C) O contrato preveja pagamento de valor residual garantido.
- D) O prazo efetivo do arrendamento mercantil seja inferior a 80% do prazo de vida útil econômica do bem arrendado.
- E) O preço para o exercício da opção de compra seja o valor de aquisição do bem arrendado.

81

Ocorrendo a identificação dos credores e dos bens que serão utilizados para o pagamento deles, será dado início ao processo de alienação do ativo. Considerando o estado falimentar do devedor, a legislação própria impõe as seguintes normas sobre a alienação do ativo:

- A) Nas transmissões de bens alienados na forma determinada pelas normas falimentares que dependam de registro público, a este servirá como título aquisitivo suficiente o mandado judicial respectivo.
- B) A realização do ativo terá início após a formação do quadro-geral de credores.
- C) Todos os credores, independentemente da ordem de preferência, sub-rogam-se no produto da realização do ativo.
- D) O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, salvo as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes de trabalho.
- E) A exclusão dos ônus e a ausência de sucessão nas obrigações do falido alcançam o arrematante que seja sócio da sociedade falida, ou sociedade controlada pelo falido.

82

Atualmente, a legislação societária permite a existência de sociedades unissocietárias, seja de forma definitiva, seja de forma provisória. Algumas sociedades poderão permanecer com apenas um sócio durante toda a sua existência, outras, a partir de determinado momento, e outras por apenas um período. Sobre as sociedades unissocietárias, é correto afirmar:

- A) As sociedades em nome coletivo poderão permanecer por apenas 180 dias com apenas um sócio.
- B) As sociedades anônimas poderão permanecer por apenas 180 dias com apenas um sócio.
- C) As sociedades limitadas poderão permanecer por apenas 180 dias com apenas um sócio.
- D) As sociedades anônimas poderão permanecer por prazo indeterminado com apenas um sócio.
- E) As sociedades em comandita poderão permanecer por apenas 180 dias com apenas um sócio.

83

Sobre a cobrança da duplicata, é correto afirmar:

- A) Poderá ser executada a duplicata aceita, desde que protestada.
- B) A duplicata sem aceite não poderá ser executada.
- C) Poderá ser executada a duplicata aceita, desde que acompanhada do comprovante de entrega da mercadoria.
- D) A duplicata sem aceite poderá ser executada, desde que acompanhada do comprovante de entrega da mercadoria, independentemente de protesto.
- E) Poderá ser executada a duplicata aceita, independentemente de comprovante de entrega ou de protesto.

84

Quanto aos procedimentos de cobrança, purgação de mora, consolidação da propriedade fiduciária e leilão decorrentes de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor, é correto afirmar:

- A) Se no segundo leilão não houver lance que atenda ao referencial mínimo para arrematação, a dívida será considerada extinta, com recíproca quitação, hipótese em que o credor ficará investido da livre disponibilidade do imóvel.
- B) Para que convalesça o contrato de alienação fiduciária, até a data da averbação da consolidação da propriedade fiduciária, é assegurado ao devedor e, se for o caso, ao terceiro fiduciante pagar o saldo devedor total da dívida e as despesas para cobrança.
- C) No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido desde que seja igual ou superior à metade do valor de avaliação do imóvel.
- D) A extinção da dívida no excedente ao referencial mínimo para arrematação configura condição resolutiva inerente à dívida, todavia não se estende às hipóteses em que o credor tenha preferido o uso da via judicial para executar a dívida.
- E) A consolidação da propriedade em nome do credor fiduciário será registrada no registro de imóveis trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora.

85

Não é requisito para o deferimento do processamento da recuperação judicial:

- A) Não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes falimentares.
- B) O exercício regular de atividades empresariais há mais de 2 anos.
- C) Não ser falido e, se o foi, estarem declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.
- D) A apresentação de certidões negativas de débitos tributários.
- E) Não ter, há menos de 5 anos, obtido concessão de recuperação judicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rafael de Oliveira

86

O princípio da eficiência, aplicável à Administração Pública, exige:

- A) A obediência irrestrita à legalidade, sem considerar os impactos ou os resultados das ações administrativas.
- B) A prestação de serviços públicos de maneira célere, com qualidade e economicidade, priorizando o interesse público.
- C) Que a Administração Pública mantenha sigilo sobre todas as suas ações, salvo determinação judicial em sentido contrário.
- D) A eliminação de qualquer possibilidade de discricionariedade na tomada de decisões pela Administração Pública.
- E) Que os atos administrativos sejam sempre publicados em meios oficiais, independentemente de sua natureza.

87

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos limites do poder de polícia administrativo:

- A) O poder de polícia pode ser exercido de maneira irrestrita, sem necessidade de respeitar os direitos fundamentais.
- B) A atuação do poder de polícia é limitada pelo princípio da proporcionalidade, devendo ser adequada e necessária à proteção do interesse público.
- C) O poder de polícia não pode ser delegado a entidades privadas, mesmo quando se tratar de atividades meramente preparatórias.
- D) A Administração não precisa observar limites temporais na aplicação de sanções, pois o poder de polícia é imprescritível.
- E) O poder de polícia não está sujeito a controle judicial, já que decorre diretamente da supremacia do interesse público.

88

Sobre o mérito administrativo, é correto afirmar que:

- A) Refere-se à análise da legalidade do ato administrativo, exclusivamente.
- B) Está relacionado à conveniência e oportunidade, sendo revisável pelo Poder Judiciário.
- C) Trata-se da escolha discricionária da Administração, que pode ser questionada judicialmente apenas em casos de abuso ou desvio de poder.
- D) É um atributo de todos os atos administrativos, sem exceção.
- E) O mérito administrativo se confunde com os elementos vinculados do ato administrativo.

89

De acordo com a Lei n. 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação ocorre:

- A) Sempre que não houver interessados em participar do certame licitatório.
- B) Quando houver inviabilidade de competição, como no caso de contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular.
- C) Exclusivamente para obras e serviços de engenharia, mediante justificativa técnica.
- D) Quando a Administração decide contratar diretamente, sem a necessidade de apresentar fundamentação legal.
- E) Em qualquer situação que envolva a aquisição de bens considerados estratégicos pela Administração Pública.

90

A responsabilidade civil do Estado por omissão se caracteriza por:

- A) Ser sempre objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo.
- B) Depender da comprovação de dolo ou culpa do agente público e da existência de nexo causal entre a omissão e o dano.
- C) Não exigir demonstração de culpa, desde que o dano seja causado por ato omissivo da Administração Pública.
- D) Ser inaplicável em casos de omissão genérica ou danos causados por terceiros.
- E) Ser aplicada exclusivamente a serviços essenciais, como saúde e segurança pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Weslei Machado

91

No contexto do tratamento de dados pessoais sensíveis, a legislação brasileira estipula uma série de condições sob as quais esses dados podem ser tratados sem o consentimento do titular. Com base nas disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a opção que indica uma dessas condições legalmente permitidas.

- A) Compartilhamento de dados sensíveis entre empresas para análise de mercado sem o consentimento do titular.
- B) Uso de dados sensíveis em campanhas publicitárias para promover serviços de saúde, mesmo sem o consentimento do titular.
- C) Tratamento de dados sensíveis para a execução de políticas públicas, conforme previsto em leis ou regulamentos, sem necessidade de consentimento do titular.
- D) Comunicação de dados sensíveis entre controladores com o objetivo de obter vantagem econômica sem o consentimento do titular.
- E) Armazenamento de dados sensíveis por empresas de tecnologia para desenvolvimento de novos produtos, sem consentimento do titular.

92

De acordo com a Constituição Federal, em seus dispositivos sobre a seguridade social, analise as afirmações e assinale a alternativa CORRETA:

- A) As receitas dos Estados destinadas à seguridade social serão incorporadas ao orçamento da União para assegurar a uniformidade do sistema em todo território nacional.
- B) A elaboração do orçamento da seguridade social deve ser feita de forma independente pelos ministérios responsáveis por saúde, previdência social e assistência social, sem necessidade de coordenação ou integração.
- C) As entidades beneficentes de assistência social são obrigadas a contribuir para a seguridade social, independentemente de cumprirem requisitos estabelecidos em lei.
- D) É permitido às pessoas jurídicas em débito com a seguridade social contratar com o Poder Público, desde que apresentem um plano de pagamento das dívidas.
- E) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

93

Conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal e as disposições da Constituição Federal sobre a educação, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA sobre a gratuidade do ensino em universidades públicas:

- A) As universidades públicas são proibidas de cobrar mensalidades em qualquer um de seus cursos, inclusive cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, em respeito ao princípio da gratuidade do ensino público.
- B) A gratuidade de ensino em universidades públicas aplica-se exclusivamente aos cursos de graduação, sendo permitida a cobrança de mensalidades em cursos de extensão e de especialização.
- C) Universidades públicas podem cobrar mensalidades em todos os níveis de ensino, incluindo graduação e pós-graduação, desde que o estudante possua renda comprovada acima de cinco salários mínimos.
- D) É permitida a cobrança de mensalidades em cursos de mestrado e doutorado em universidades públicas, desde que o estudante não apresente desempenho acadêmico satisfatório.
- E) As universidades públicas podem cobrar por serviços extracurriculares, como cursos de línguas e atividades esportivas, mas não por cursos regulares de graduação ou especialização.

94

No que diz respeito à proteção de espaços territoriais especialmente protegidos conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas uma lei complementar federal pode instituir ou modificar espaços territoriais especialmente protegidos, garantindo um nível elevado de proteção ambiental.
- B) Qualquer alteração ou supressão de áreas especialmente protegidas pode ser feita por decreto do Poder Executivo, conforme estipulado pela Constituição Federal.
- C) As unidades de conservação podem ser criadas por atos normativos diversos, não se restringindo à lei em sentido estrito, desde que a alteração ou supressão dessas áreas se dê por meio de lei.
- D) Somente leis estaduais têm competência para definir e modificar os espaços territoriais especialmente protegidos em cada unidade da federação.
- E) A proteção de espaços territoriais e seus componentes, segundo a Constituição Federal, deve ser feita exclusivamente por meio de medidas provisórias, para garantir rapidez e eficácia na proteção ambiental.

95

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a responsabilidade civil do Estado na administração pública, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Estado só é civilmente responsável por danos causados aos cidadãos em decorrência de atos legislativos, sendo excluída a responsabilidade por atos administrativos.
- B) A fixação de preços pelo Estado no setor econômico, como o sucroalcooleiro, automaticamente gera direito à indenização por lucros cessantes para os agentes econômicos afetados.
- C) Para o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado em decorrência da fixação de preços no setor sucroalcooleiro, é necessária a comprovação de efetivo prejuízo econômico por meio de perícia técnica.
- D) A atuação do Estado no domínio econômico que resulte em diminuição de lucratividade empresarial não requer comprovação de dano para o reconhecimento de responsabilidade civil.
- E) A responsabilidade civil do Estado é restrita às suas ações no âmbito de prestação direta de serviços públicos, não abrangendo sua intervenção no domínio econômico.

96

Considerando o regime de responsabilidade do chefe do poder executivo estabelecido pela Constituição Federal, analise as seguintes afirmações e marque a alternativa CORRETA:

- A) A Constituição de um Estado-membro pode conceder ao governador imunidade contra prisão cautelar, incluindo flagrante, preventiva e temporária, pois trata-se de uma prerrogativa de foro por função.
- B) Governadores de Estado podem ser presos em flagrante por crimes inafiançáveis, exceto se a Constituição Estadual dispuser de forma contrária, ampliando sua proteção.
- C) Os Estados-membros têm autonomia para definir regras próprias sobre prisões cautelares de seus governadores, desde que não contrariem a Constituição Federal.
- D) As Constituições Estaduais não podem estabelecer imunidades à prisão para governadores que não sejam expressamente previstas pela Constituição Federal.
- E) É permitido, segundo a Constituição Estadual, impedir a prisão de um governador até que haja condenação definitiva, pois esta norma visa proteger a função pública.

97

De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmações a seguir sobre as funções do Ministério Público e assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Ministério Público tem competência exclusiva para ajuizar ações de improbidade administrativa, sendo vedado a qualquer outro ente ou órgão o exercício dessa atribuição.
- B) Apenas o Ministério Público Federal pode ajuizar ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, das finanças públicas, mandado de segurança, habeas data e mandado de injunção.
- C) O Ministério Público não possui legitimidade para representar judicialmente ou extrajudicialmente os interesses sociais e individuais indisponíveis.
- D) O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que tenha por objeto a condenação de agente público ao ressarcimento de prejuízos causados ao erário.
- E) A atuação do Ministério Público está limitada às funções de fiscal da lei, não podendo atuar como parte principal em processos judiciais.

98

De acordo com o Art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) é uma prerrogativa das minorias parlamentares para garantir a fiscalização governamental. A respeito das CPIs, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A criação de uma CPI pode ser proposta por qualquer membro do Congresso Nacional, mas requer a aprovação de dois terços dos membros de cada Casa para sua efetiva instauração.
- B) CPIs têm poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais, exceto a capacidade de determinar quebras de sigilo bancário sem autorização judicial prévia.
- C) O requerimento para instalação de uma CPI deve ser subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Casa respectiva, não necessitando da aprovação da maioria para ser instaurada.
- D) As CPIs podem ser criadas com a finalidade de investigar qualquer matéria dentro da competência federal, desde que haja prévia concordância do Presidente da Casa Legislativa correspondente.
- E) A CPI não pode investigar atos do Poder Executivo que envolvam segurança nacional, estratégia de defesa ou informações sigilosas de estado.

99

A Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXIV, a, assegura o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Com base nesse dispositivo e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as seguintes afirmações sobre o direito de petição e marque a opção CORRETA:

- A) É permitido ao Poder Público cobrar taxas pela interposição de recursos administrativos, uma vez que não se enquadram no conceito de direito de petição.
- B) O direito de petição assegura ao cidadão a isenção de taxas para a interposição de recursos administrativos, mas não se estende a procedimentos que envolvam perícias e diligências.
- C) A Constituição Federal garante o direito de petição sem qualquer custo, incluindo a interposição de recursos administrativos, realização de perícias e diligências necessárias.
- D) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito de petição é ilimitado, abarcando a gratuidade de qualquer ato processual ou procedimento administrativo requerido pelo cidadão.
- E) Qualquer ato processual, incluindo o ingresso com ações judiciais e recursos administrativos, deve ser isento de taxas, seguindo o princípio do direito de petição garantido pela Constituição Federal.

CONHECIMENTOS GERAIS

Otoniel Linhares

100

Em 2024, a cúpula internacional sobre mudanças climáticas COP29 ocorreu na cidade de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Entre os principais debates, destacaram-se as ações para acelerar a transição energética global. Qual dos seguintes compromissos foi amplamente discutido e adotado pelos países participantes:

- A) A construção de um fundo exclusivo para a pesquisa de tecnologias nucleares.
- B) A criação de um mecanismo global de compensação de emissões para setores agrícolas.
- C) A implementação de um cronograma para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis.
- D) O estabelecimento de uma taxa global sobre exportações de carvão mineral.
- E) A ampliação de subsídios para combustíveis fósseis em países em desenvolvimento.



2º Simulado
Tribunal de Justiça da Paraíba
Cartórios (Serviços Notariais e Registrais) (Pós-Edital)

GABARITO							
1	E	26	C	51	D	76	E
2	A	27	C	52	E	77	B
3	C	28	C	53	C	78	B
4	C	29	D	54	D	79	D
5	A	30	E	55	E	80	A
6	D	31	A	56	A	81	A
7	E	32	C	57	A	82	E
8	C	33	A	58	D	83	E
9	B	34	C	59	C	84	A
10	D	35	E	60	E	85	D
11	A	36	A	61	C	86	B
12	A	37	C	62	A	87	B
13	B	38	B	63	B	88	C
14	D	39	A	64	B	89	B
15	D	40	E	65	B	90	B
16	B	41	D	66	B	91	C
17	A	42	E	67	D	92	E
18	E	43	C	68	B	93	B
19	B	44	A	69	D	94	C
20	C	45	B	70	D	95	C
21	A	46	B	71	C	96	D
22	A	47	D	72	B	97	D
23	A	48	E	73	D	98	C
24	C	49	C	74	B	99	B
25	C	50	E	75	E	100	C

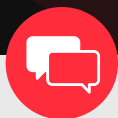


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despensa nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAIS

Carlos Elias

01

De acordo com o disposto na Lei n. 6.015/1973 e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa incorreta:

- A) No caso de alteração da relação de filiação, é permitida a inclusão e exclusão de sobrenomes, independentemente de autorização judicial, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado.
- B) Uma pessoa que não adotou o sobrenome do cônjuge no momento do casamento pode, diretamente no cartório de registro civil, solicitar o acréscimo de um ou mais sobrenomes do cônjuge ao seu nome.
- C) A supressão do sobrenome do ex-cônjuge mantido no divórcio pode ser feita a qualquer momento.
- D) Uma pessoa que adotou o sobrenome do cônjuge no momento do casamento pode, sem se divorciar, solicitar diretamente no cartório de registro civil o retorno ao seu nome de solteiro.
- E) É direito subjetivo do ex-cônjuge a modificação do registro civil para reinserir patronímico utilizado na constância do casamento livremente excluído em razão do divórcio.

Letra e.

Assunto abordado: Registro Civil das Pessoas Naturais.

A) Certa. É o art. 57, IV, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

[...]

IV - inclusão e exclusão de sobrenomes em razão de alteração das relações de filiação, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado. (Incluído pela Lei n. 14.382, de 2022)

B) Certa. É o art. 57, II, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

[...]

II - inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento; (Incluído pela Lei n. 14.382, de 2022)

C) Certa. É o art. 57, III, Lei n. 6.015/1973:

Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

[...]

III - exclusão de sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal, por qualquer de suas causas; (Incluído pela Lei n. 14.382, de 2022)

D) Certa. É o art. 57, II, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei n. 14.382, de 2022)

[...]

II - inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento; (Incluído pela Lei n. 14.382, de 2022)

E) Errada.

Jurisprudência em tese – STJ – Registros Públicos, Cartórios e notariais III – Edição n. 226: 8) Não é direito subjetivo do ex-cônjuge a retificação do registro civil para reincluir sobrenome utilizado na constância do casamento, que foi livremente excluído no divórcio. Precedente: REsp 2005058/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2022, DJe 21/10/2022.

02

De acordo com o disposto na Lei n. 6.015/1973, assinale a alternativa correta acerca do casamento religioso:

- A) O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil, suprimindo eles eventual falta de requisitos nos termos da celebração.
- B) O termo ou assento lavrado pela autoridade religiosa será enviado ao cartório responsável pela habilitação, e, após a anotação da entrada do requerimento, o oficial realizará o registro em até cinco dias úteis.
- C) No prazo de quinze dias, a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão.
- D) O termo ou assento do casamento religioso será subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por três testemunhas.
- E) O registro produzirá efeitos jurídicos somente a partir da data em que for lavrado no cartório, independentemente da data de celebração do casamento.

Letra a.

Assunto abordado: Registro Civil das Pessoas Naturais.

A) Certa. É o art. 74 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 74. O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação, perante o oficial de registro público, poderá ser registrado desde que apresentados pelos nubentes, com o requerimento de registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pelo Código Civil, suprimindo eles eventual falta de requisitos nos termos da celebração.

B) Errada. Contraria o § 2º do art. 73 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 73. No prazo de trinta dias a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão. (Renumerado do art. 74, pela Lei n. 6.216, de 1975).

[...]

§ 2º Anotada a entrada do requerimento o oficial fará o registro no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

C) Errada. Contraria o *caput* do art. 73 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 73. No prazo de **trinta dias** a contar da realização, o celebrante ou qualquer interessado poderá, apresentando o assento ou termo do casamento religioso, requerer-lhe o registro ao oficial do cartório que expediu a certidão.

D) Errada. Contraria o art. 72 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 72. O termo ou assento do casamento religioso, subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrar, pelos nubentes e por **duas testemunhas**, conterà os requisitos do artigo 71, exceto o 5º. (Renumerado do art. 73, pela Lei n. 6.216, de 1975).

E) Errada. Contraria o *caput* do art. 75 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 75. O **registro** produzirá **efeitos jurídicos** a contar da **celebração** do casamento. (Renumerado do art. 76, pela Lei n. 6.216, de 1975).

03

Examine as afirmações abaixo referentes à lavratura do assento de óbito.

- I. Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.
- II. Admite-se a justificação para o assento de óbito de pessoa desaparecida em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, sendo suficiente, para tal, a comprovação de sua presença no local do desastre.
- III. No caso de ter a criança nascido morta, o registro será realizado no livro “C Auxiliar”.

É correta a afirmação contida em:

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) Nenhuma alternativa anterior.

Letra c.

Assunto abordado: Registro Civil das Pessoas Naturais.

I. Certa. É o art. 83 da Lei n. 6.015/1973:

Art. 83. Quando o assento for posterior ao enterro, faltando atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver. (Renumerado do art. 84 pela Lei n. 6.216, de 1975).

II. Errada. Contraria o art. 88, *caput*, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 88. Poderão os Juízes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, **quando estiver provada a sua presença no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.**

III. Certa. É o art. 53, § 1º, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito. (Renumerado do art. 54, com nova redação, pela Lei n. 6.216, de 1975).

§ 1º No caso de ter a criança nascido morta, será o registro feito no livro "C Auxiliar", com os elementos que couberem. (Incluído pela Lei n. 6.216, de 1975).

04

De acordo com o disposto na Lei n. 6.015/1973, marque a alternativa **incorreta** acerca da habilitação para o casamento:

- A) Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.
- B) A celebração do casamento poderá ser realizada, a requerimento dos nubentes, em meio eletrônico, por sistema de videoconferência em que se possa verificar a livre manifestação da vontade dos contraentes.
- C) A dispensa da publicação eletrônica dos editais de proclamas, requerida pelos contraentes, nas hipóteses previstas em lei, é de alçada do Juiz Corregedor, com possibilidade de recurso da decisão à Corregedoria Geral de Justiça.
- D) Se o interessado quiser justificar fato necessário à habilitação para o casamento, deduzirá sua intenção perante o Juiz competente, em petição circunstanciada indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações.
- E) A identificação das partes e a apresentação dos documentos exigidos pela lei civil para fins de habilitação poderão ser realizadas eletronicamente mediante recepção e comprovação da autoria e da integridade dos documentos.

Letra c.

Assunto abordado: Registro Civil das Pessoas Naturais.

A) Certa. É o art. 67, *caput*, da Lei n. 6.015/1973:

Art. 67. Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.

B) Certa. É o art. 67, § 8º, da Lei n. 6.015/1973:

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora